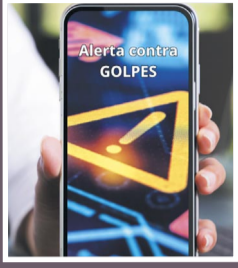


O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepm.org.br



DECIPEX

Golpe usa nome para enganar aposentados

Página 2

ARTIGO

A maioria do Congresso é contra o governo, ou contra o País?

Página 4

FUNASA

Pauta a novo presidente é entregue pela Condsef

Página 3



ÚLTIMO ATO?

Hugo Motta quer retomar reforma administrativa

Esperar passar a eleição para atacar o serviço público? Avançar com a PEC 38? Proposta ameaça direitos, concursos e os serviços públicos

COLETIVO DAS TRÊS ESFERAS DA CUT

Foto Lula Marques/Agência Brasil



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, pretende colocar novamente em debate a reforma administrativa (PEC 38/2025) logo após as eleições de outubro. A informação foi publicada pelo jornal Valor Econômico e reacende o alerta entre servidores públicos e entidades sindicais de todo o país.

Segundo a reportagem, entre outubro e dezembro deste ano, Motta quer avançar com pautas consideradas "sensíveis", como a revisão do arcabouço fiscal, a redução da maioria penal e a reforma administrativa. A tentativa de adiar essas votações para depois das eleições acontece porque os próprios defensores dessas propostas sabem do impacto negativo que elas podem causar para a população.

A PEC 38/2025 é vista pelas entidades do funcionalismo como uma ameaça direta ao serviço público. A proposta reduz investimentos em políticas públicas, dificulta concursos públicos, enfraquece a estabilidade dos servidores e amplia mecanismos que podem favorecer perseguições e assédio no ambiente de trabalho.

Além disso, a reforma altera regras de carreira, reduz salários de ingresso e condiciona progressões funcionais a critérios de desempenho, desconsiderando experiência e tempo de serviço. As mudanças abrem caminho para o desmonte do Estado e da capacidade de atendimento à população.

A proposta foi apresentada em outubro de 2025 com apoio inicial de 171 deputados. Apesar de algumas assinaturas terem sido retiradas posteriormente, isso não alterou a permanência da PEC na pauta da Câmara.

A resistência dos servidores públicos foi e segue sendo decisiva para impedir o avanço da proposta. Em outubro do ano passado, cerca de 10 mil pessoas participaram da Marcha Nacional do Serviço Público, em Brasília, contra a reforma administrativa. Trabalhadores das três esferas do funcionalismo, centrais sindicais, entre elas a CUT, e representantes da sociedade civil organizada participaram da mobilização.

Direitos sim, desmonte não! - Enquanto a PEC 38 volta ao radar da Câmara, outra pauta importante para os servidores pode avançar no Congresso: a regulamentação da negociação coletiva

no setor público, prevista na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Projeto de Lei 1893/2026, encaminhado pelo governo federal, estabelece regras para negociação entre governos e servidores públicos e garante princípios como transparência, boa-fé, prevenção ao assédio e participação das entidades sindicais. A expectativa é de que a proposta seja votada na Câmara ainda na primeira quinzena de junho.

O Coletivo das Três Esferas da CUT seguirá firme na mobilização e na luta em defesa do serviço público, dos direitos dos servidores e da soberania do Estado brasileiro. A luta para barrar a PEC 38/2025 e impedir qualquer tentativa de desmontar políticas públicas essenciais para a população é permanente.

Defender o serviço público é defender direitos, cidadania e um Estado comprometido com os interesses do povo brasileiro. A defesa do serviço público é, acima de tudo, a defesa do direito da população a um atendimento digno, universal e de qualidade. Enfraquecer o Estado significa enfraquecer justamente os setores da sociedade que mais dependem das políticas públicas para acessar saúde, educação, assistência e cidadania.

COM INFORMAÇÕES DO VALOR ECONÔMICO E SINTRAJUFE-RS

Mecanismo inédito considera tempo total de serviço de anistiados do governo Collor

Reposicionamento remuneratório desses servidores e empregados públicos está previsto em artigo da Lei nº 15.367/2026

Atenção, servidores e empregados públicos anistiados pela Lei 8.878/1994: foi criado, pela primeira vez, um mecanismo de reposicionamento remuneratório que permite considerar o tempo total de serviço prestado ao Estado brasileiro para fins de enquadramento em nova tabela remuneratória. Perguntas e respostas foram reunidas em uma página lançada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Com a nova medida, tanto o período anterior à demissão, quanto o período posterior à recontração pela administração pública federal serão contados para definir o nível e a progressão salarial. A opção pela nova tabela remuneratória pode ser feita até 30 de julho deste ano por aqueles que seguem em exercício no serviço federal.

Os interessados devem fazer a solicitação junto à Coordenação-geral de Gestão de Pessoas ou à Unidade de Recursos Humanos do órgão ou entidade de lotação do servidor.

A norma está prevista no art. 69 da Lei 15.367/2026, que instituiu, entre outros pontos, a reestruturação de carreiras do governo federal.

Os servidores e empregados públicos anistiados previstos na legislação são aqueles 42 mil agentes que, entre o dia 16 de março de 1990 e o dia 30 de setembro de 1992, foram exonerados, demitidos, despedidos ou dispensados com violação de dispositivo constitu-

cional ou ainda, por motivação política, durante o governo de Fernando Collor.

A lei que concedeu anistia e assegurou o direito de retorno ao serviço público no mesmo cargo ou emprego de antes foi promulgada pelo governo Itamar Franco, mas apenas cerca de 12 mil conseguiram voltar efetivamente para o funcionalismo.

Além disso, mesmo os que voltaram enfrentaram obstáculos, incluindo defasagem salarial, já que não havia uma regra clara para reposicioná-los. Agora, esses servidores e empregados públicos afetadas — e que já passaram do 60, 70 ou 75 anos de idade — poderão ter seus salários recalculados.

O que a página do MGI traz?

Para acessar a página e tirar dúvidas, basta acessar o Portal do Servidor, buscar por "Acesso à informação", clicar em "Gestão de Pessoas" e, novamente, em "Movimentação de Pessoal". Ali, basta descer a página e clicar em "(Re)posicionamento — Anistiados Collor". Uma vez na página, o anistiado deverá clicar no card "Perguntas e respostas frequentes" e baixar o documento.

A página apresenta perguntas e resposta frequentes sobre o tema, com orientações como prazo e opções mais vantajosas, além de tirar dúvidas simples, como a diferença entre posicionamento na tabela e reposicionamento. (FONTE: EXTRA)

MAIO MÊS DO TRABALHADOR E TRABALHADORA
FIM DA ESCALA 6X1

Trabalhar não pode significar adoecer. Chega de jornadas exaustivas! Pelo fim da escala 6x1 e por mais tempo para viver com dignidade, lazer, saúde e família. **Trabalho sim, exploração não!**

NOSSA LUTA CONSTRÓI DIREITOS, DIREITOS GARANTEM DIGNIDADE!

DEFENDEMOS SEUS DIREITOS
LUTAMOS POR CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO
ESTAMOS NA BASE, TODOS OS DIAS, COM VOCE!

SINDSEP-MT
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DE MATO GROSSO

Filiado à
CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CODSEF
CONDIÇÃO DOS SERVIDORES FEDERAIS DE MATO GROSSO

O SINDSEP-MT É A SUA VOZ NA LUTA POR UM SERVIÇO PÚBLICO FORTE E VALORIZADO!

DECIPEX

Golpe usa o nome para enganar aposentados e pensionistas

A DECIPEX alerta sobre uma nova modalidade de fraude que utiliza e-mails falsos para roubar credenciais de acesso ao Gov.br e contratar empréstimos consignados em nome das vítimas

POR GOV.BR

Criminosos estão se passando pela Diretoria de Serviços de Aposentados e de Pensionistas e Órgãos Extintos (DECIPEX) para aplicar golpes em aposentados e pensionistas do serviço público federal. A prática, conhecida como *phishing*, consiste no envio de mensagens fraudulentas que imitam comunicações oficiais e induzem a vítima a fornecer dados sigilosos em páginas falsas.

Atenção! A DECIPEX nunca solicita senhas, dados bancários ou atualizações cadastrais por e-mail, telefone ou WhatsApp. Se você recebeu uma mensagem nesse sentido, trata-se de golpe.

Como o Golpe Funciona

O fraudador envia um e-mail falso afirmando haver uma pendência no cadastro ou a necessidade de uma "atualização obrigatória" de dados no **SouGov.br**. A mensagem geralmente contém um botão ou link que, ao ser clicado, direciona o usuário para uma página idêntica ao portal do Governo Federal ou ao site do banco — mas que está sob total controle do criminoso.

Ao digitar o CPF e a senha do Gov.br nessa página falsa, o aposentado entrega suas credenciais diretamente ao golpista, que as captura em tempo real. Com esse acesso, o fraudador pode:

Contratar empréstimos consignados em nome da vítima;

Alterar os dados bancários para desviar o pagamento do benefício;

Acessar informações pessoais e sigilosas.

Sinais de Alerta: O Que Observar

Remetente do e-mail: Verifique sempre o endereço de quem enviou a mensagem. Órgãos do Governo Federal utilizam exclusivamente domínios oficiais, como *@gestao.gov.br* ou *@economia.gov.br*. Desconfie de mensagens enviadas por endereços como *@gmail.com*, *@outlook.com* ou qualquer domínio desconhecido.



Linguagem de urgência: Frases como "Seu benefício será suspenso hoje" ou "Prazo final: atualize seus dados agora" são táticas para pressionar a vítima a agir sem refletir. O Governo Federal não comunica suspensão de benefícios dessa forma.

Links suspeitos: Antes de clicar em qualquer link, posicione o cursor do mouse sobre ele (sem clicar) e observe o endereço exibido no rodapé do navegador. Se o endereço não corresponder a um domínio oficial — como *sou.gov.economia.gov.br* ou *gov.br* —, não clique. É golpe.

Recomendações de Segurança

Nunca acesse o SouGov.br por links recebidos em e-mails. Caso precise realizar qualquer atualização, acesse diretamente o endereço *www.gov.br/sougov* digitando-o no navegador, ou utilize o aplicativo oficial SouGov, disponível na Play Store (Android) ou App Store (iOS).

Ative a verificação em duas etapas. No aplicativo Gov.br, habilite essa camada adicional de segurança. Mesmo que o fraudador obtenha sua senha, não conseguirá acessar a conta sem o segundo fator de autenticação. Saiba como ativar em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/ acessibilidade-e-usuario/atendimento-gov.br/duvidas-na-conta-gov.br/ativar-a-verificacao-em-duas-etapas>

Lembrando, a DECIPEX nunca solicita senhas. Nenhum órgão do Governo Federal solicita sua senha de acesso por e-mail, telefone ou aplicativo de mensagens. Essa informação é pessoal e intransferível.

Fique atento a erros de linguagem. Mensagens fraudulentas frequentemente apresentam erros ortográficos e gramaticais que revelam sua falsidade. Desconfie de textos mal escritos ou

com formatação estranha.

Fui Vítima — e Agora?

Se você clicou em um link suspeito e forneceu seus dados, tome as seguintes providências imediatamente:

Troque a senha acessando diretamente o portal oficial gov.br.

Verifique o histórico de acessos à sua conta Gov.br para identificar dispositivos desconhecidos conectados.

Registre um Boletim de Ocorrência — o procedimento pode ser realizado de forma online, pela Delegacia Virtual do seu estado.

Comunique seu banco para bloquear qualquer tentativa de contratação de empréstimo consignado não autorizado.

Denuncie pelo FALA.BR (CGU): <https://falabr.cgu.gov.br/>

Canais Oficiais da DECIPEX

A DECIPEX realiza contato com aposentados e pensionistas exclusivamente por:

Correspondência enviada ao endereço cadastrado;

E-mail com domínio *@gestao.gov.br*.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a Central de Atendimento da DECIPEX:

0800 978 9004 (gratuito)

www.gov.br/servidor/decipex

Manter-se informado e vigilante é a melhor forma de não cair em fraudes. Adotar uma postura cautelosa e consultar sempre fontes oficiais pode fazer toda a diferença. A segurança se constrói com conhecimento e com a prática constante de verificações. — Central de Atendimento DECIPEX

**Alerta Importante:
Cuidado com o golpe do falso advogado!**

O Sindsep-MT informa a todos os servidores que circula, novamente, o chamado golpe do falso advogado. Nessa fraude, estelionatários se passam por advogados ou representantes judiciais — muitas vezes utilizando dados reais de processos — e entram em contato pedindo pagamentos para liberar supostas verbas judiciais. O desfecho, claro, é que o dinheiro vai para os golpistas, enquanto os servidores ficam no prejuízo.

Como o golpe funciona:

Os criminosos obtêm dados reais de processos judiciais e os utilizam para dar veracidade à farsa.

Aí entram em contato via WhatsApp ou telefone, com urgência, afirmando que é necessário um pagamento via PIX ou depósito imediato para liberação de valores como precatórios, alvarás ou RPVs.

Em seguida, dispara-se um documento forjado — sentenças, ofícios, alvarás falsos — com montagem muito convincente.

Depois que o pagamento é feito, o falso advogado desaparece — e o servidor fica sem o valor e sem contato com o suposto advogado.

O que as autoridades recomendam:

Não realize pagamentos por PIX, transferências ou boletos enviados por fontes não verificadas.

Verifique sempre a identidade do contato antes de qualquer ação.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) enfatiza: nunca solicita nenhum tipo de pagamento via PIX ou outro meio para liberar valores judiciais.

O que tem sido feito em Mato Grosso: A OAB-MT reforçou junto ao Ministério da Justiça a necessidade de federalização das investigações, dada a abrangência interestadual do golpe.

A entidade também firmou parcerias com a Polícia Civil e com o TJMT para implementar ajustes de segurança no sistema eletrônico de tramitação processual (PJe).

Contatos oficiais do Jurídico do SINDSEP/MT

Caso você receba qualquer mensagem suspeita ou tenha dúvidas sobre autênticos contatos jurídicos, não hesite em entrar em contato diretamente com o Jurídico do sindicato:

Telefone fixo: (65) 3023-7000

WhatsApp: (65) 99945-6283

Ou, diretamente com a Dra. Adriane Santos dos Anjos:

WhatsApp: (65) 99947-5368

WhatsApp: (65) 99309-5678

Seja sempre cauteloso com contatos não verificados e proteja-se contra fraudes.

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poço. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

FUNASA

Condsef/Fenadsef leva pauta dos servidores a novo presidente

Lutar para avançar nas negociações com o governo e garantir melhores condições de trabalho, valorização profissional e um serviço público de saúde forte para a população

A Condsef/Fenadsef foi recebida pelo novo presidente da Funasa, Lenildo Morais, que afirmou que as portas estão abertas para negociação e diálogo permanente das pautas dos servidores do órgão.

Além do secretário-geral da Confederação, Sérgio Ronaldo da Silva, participou do encontro o diretor Marco Antônio Nunes, que também é da direção do Sindsep-AP.

A reestruturação do órgão, que passou por uma tentativa, revertida, de extinção, foi apontada como central. A situação ainda reverbera e gera impactos nos servidores.

Também está em destaque a situação dos servidores intoxicados e sua luta por direitos, que inclui a aprovação da PEC 101/2019. A PEC 101 garante plano de saúde e dignidade a servidores da ex-Sucam, admitidos até 31 de dezembro de 1988, que

foram contaminados com produtos tóxicos quando trabalhavam no combate a endemias. A medida busca fazer justiça e reparar danos à saúde desses servidores.

Diálogo é fundamental para buscar avanços - Para a Condsef/Fenadsef, retomar a discussão imediata das pendências, que não são poucas, é essencial.

As reivindicações incluem ainda a recomposição urgente da força de trabalho, o fim de cortes em gratificações de servidores cedidos a outros órgãos, entre outros pontos que devem ser remetidos formalmente pela entidade ao novo presidente.

A Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas seguem lutando para avançar nas negociações com o governo e garantir melhores condições de trabalho, valorização profissional e um serviço público de saúde mais forte para toda a população.

Foto: Funasa



O novo presidente da Funasa, Lenildo Morais (centro), discutiu a reestruturação do órgão

MAPA

Mesa Setorial debate saúde e segurança dos trabalhadores

Reivindicação é demanda antiga da categoria. Secretaria de RH assume compromisso de disponibilizar espaço para seção sindical no ministério



No dia 19 de maio, terça-feira, a Condsef/Fenadsef participou da 2ª reunião, em 2026, da Mesa Setorial de Negociação do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). O principal destaque foi o anúncio da criação de uma Comissão Interna de Saúde e Segurança do Servidor Público Federal no âmbito do ministério.

A medida atende a uma antiga reivindicação da categoria e segue o que determina a Portaria nº 3.410/2026, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). "A proposta é criar um espaço permanente para acompanhar e discutir as condições de saúde e segurança no trabalho dos servidores federais", explicam os diretores da Condsef/Fenadsef, Fernando Lima e Ismael Cesar que participaram da reunião.

A comissão funcionará de forma semelhante à Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio), existente no setor privado, mas adaptada à realidade do serviço público federal. A composição será paritária: metade dos integrantes será indicada pela administração e a outra metade

eleita pelos próprios servidores.

Entre as atribuições da comissão estarão o acompanhamento das condições de trabalho, a prevenção de adoecimentos e a fiscalização de questões relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores do Mapa.

A criação da comissão representa um avanço importante, especialmente diante das denúncias e reclamações envolvendo assédio moral, inclusive sexual, além do crescimento dos casos de adoecimento mental entre servidores da administração pública federal.

Seção Sindical contará com um espaço

- Outro ponto considerado positivo pela Condsef/Fenadsef foi o compromisso assumido pela Secretaria de Recursos Humanos do Mapa de disponibilizar um espaço físico para o funcionamento da seção sindical na sede do ministério, em Brasília. O local será compartilhado com outras entidades representativas dos servidores da pasta.

Durante a reunião, também foram debatidas demandas apresentadas pelos servidores da área de fiscalização do Mapa. (FONTE: CONDSEF)

FUNAI

Servidores do órgão discutem carreiras e tabelas salariais

Foi destacada a importância da construção de pautas e mobilizações unitárias por avanço nas reivindicações e o fortalecimento dos sindicatos classistas

Na terça-feira, 12 de maio, a Condsef/Fenadsef participou de reunião com servidores ativos e aposentados da Funai, dos níveis médio e auxiliar, para debater a situação da carreira e as futuras lutas por melhores condições salariais. A convite da Ansef (Associação Nacional dos Servidores da Funai), o encontro aconteceu na sede do Sindsep-DF.

A subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef participou do encontro auxiliando na apresentação de um retrospecto da luta desde novembro de 2021 e que desaguou nos acordos assinados com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 2023 e 2024.

A reunião contou com uma apresentação elaborada pela subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef de três tabelas comparativas expressando em números os diversos momentos de negociação que culminaram nos acordos firmados com os servidores da Funai.

Entre os principais pontos discutidos na reunião, representantes destacaram que nenhum setor da Funai ficou sem reajuste ou sofreu perdas salariais. Apesar das diferenças entre os percentuais aplicados em cada nível da carreira, a avaliação apresentada foi de que todos os servidores terão ganhos acima da inflação no período entre 2023 e 2026.

Luta continua - Mesmo com o encerramento do ciclo de negociações com o governo em 2026, por força de barreiras da lei eleitoral, a Condsef/Fenadsef segue buscando que o governo in-

clua na Lei Orçamentária de 2027 valores para investimento no serviço público.

A Condsef/Fenadsef destacou que segue, em conjunto com suas entidades filiadas, priorizando lutas e pautas gerais do funcionalismo, incluindo a luta por equiparação dos benefícios com os Três Poderes, criação de um auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas e o combate à política de elitização no setor público.

Unidade e organização são fundamentais

- Foi destacada a importância da construção de pautas e mobilizações unitárias por avanço nas reivindicações. Nesse contexto, a importância da filiação e do fortalecimento dos sindicatos gerais e classistas é fundamental.

Foram definidos também uma série de encaminhamentos voltados à ampliação do debate sobre a reestruturação das carreiras da Funai e à mobilização dos servidores ativos e aposentados.

Outro ponto debatido foi a proposta de equiparação da Gapin entre os três níveis da carreira, que deverá ser discutida nas instâncias sindicais para possível aprovação. Além disso, os participantes defenderam o fortalecimento da campanha em defesa da tabela aprovada na 9ª plenária da Condsef/Fenadsef, com a proposta de equiparar os salários das carreiras ao nível das agências reguladoras nos cargos de nível intermediário e superior, além de garantir o piso do salário mínimo calculado pelo Dieese para o nível auxiliar. (FONTE: CONDSEF)

ARTIGO

A MAIORIA DO CONGRESSO É CONTRA O GOVERNO, OU CONTRA O PAÍS?

Marcos Verlaine*

Trata-se de ruptura inédita. Será que é (foi) episódica e/ou excepcional? Ou será a regra a partir de agora? A rejeição do nome de Jorge Messias ao STF (Supremo Tribunal Federal) pelo Senado não é (tampouco foi) apenas episódio político.

Trata-se, pois, de marco institucional. Pela primeira vez desde 1894, a Casa recusa indicado à Corte Suprema, rompendo assim tradição de mais de século.

Embora a Constituição assegure ao Senado o papel de sabatar e aprovar ou rejeitar a indicação presidencial, a negativa sempre foi tratada como hipótese excepcional, reservada a situações de evidente inadequação técnica ou moral. Não foi o caso.

Tratou-se de veto essencialmente político: de um lado, motivado por retaliação, já que o indicado não correspondia à preferência do presidente do Congresso; de outro, marcado por viés ideológico, refletindo a oposição dura, radicalizada e sistemática da extrema-direita ao governo do presidente Lula (PT).

Voto político, não técnico

A votação que barrou Messias — 42 votos contrários e 34 favoráveis — carrega forte conteúdo político.

Não se tratou de avaliação estritamente jurídica ou de mérito, mas de movimento articulado de oposição ao governo de Lula.

Partidos fecharam questão, e a indicação foi convertida em campo de

disputa política e ideológica. O Senado exerceu a prerrogativa que lhe cabia, mas o fez sob lógica de enfrentamento, não de equilíbrio entre Poderes.

“Combo” legislativo

A rejeição não veio isolada. Na sequência, o Congresso derrubou o veto presidencial ao chamado PL da Dosimetria, alterando regras de aplicação de penas aos condenados pela tentativa de golpe de Estado; abrindo assim espaço para beneficiar os golpistas dos atos de 8 de janeiro de 2023.

A votação expressiva — 318 deputados e 49 senadores — revela mais do que divergência pontual: indica maioria disposta a confrontar o Executivo em temas sensíveis, inclusive aqueles com impacto direto sobre a responsabilização por ataques à ordem democrática e ao confronto com o Estado de Direito.

Governabilidade em xeque

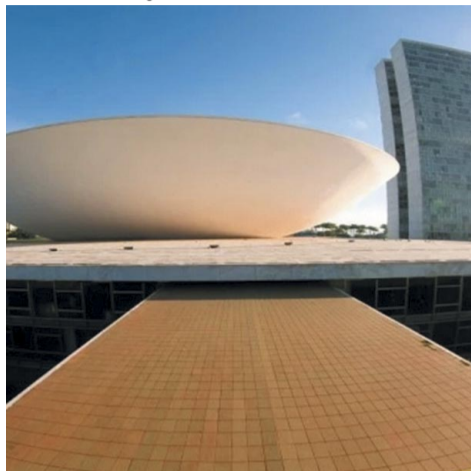
O episódio expõe fragilidades na base de sustentação do governo no Congresso e sugere crise de governabilidade em construção.

Não se trata apenas de perder votações, algo inerente ao jogo democrático parlamentar, mas de derrotas com alto valor simbólico e institucional.

Barrar indicação ao STF e reverter veto em tema tão delicado sinaliza que o Executivo enfrenta não apenas oposição, mas resistência estruturada e antidemocrática.

Entre freios e disputas

Foto: Saulo Cruz/Agência Câmara



É legítimo que o Legislativo atue como contrapeso ao Executivo. O problema emerge quando esse freio se converte em bloqueio sistemático, orientado mais por antagonismo político do que por critérios republicanos.

A recusa a Messias, nesse sentido, parece menos gesto de independência institucional e mais afirmação de força política, com efeitos que ultrapassam o governo e atingem o próprio desenho de funcionamento das instituições democráticas.

Risco para a democracia

Ao tensionar as relações entre os Poderes em contexto pré-eleitoral, o Congresso assume papel central na redefinição do equilíbrio institucional.

A questão que se impõe é se essa atuação responde ao interesse público ou a agendas políticas circunstanciais.

Quando decisões com alto impacto institucional são tomadas sob lógica de confronto, o risco é deslocar o eixo da democracia: de sistema de coo-

peração com freios e contrapesos para campo permanente de disputa, em que o cálculo político se sobrepõe ao compromisso com a estabilidade democrática e institucional.

Além do governo

A crítica, portanto, não se limita ao governo ou à oposição. O ponto central é o efeito agregado dessas decisões.

Ao transformar prerrogativas institucionais em instrumentos de embate, parte expressiva do Congresso sinaliza disposição de tensionar os limites do sistema político democrático, ameaçando transbordar os limites da democracia. Já fez isso entre 2022 até os atos golpista de 8 de janeiro

E, nesse movimento, a pergunta deixa de ser apenas sobre quem vence ou perde no curto prazo. E passa a ser sobre o que resta, no longo prazo, da própria capacidade de funcionamento das instituições democráticas brasileiras.

(*) JORNALISTA, ANALISTA POLÍTICO, ASSESSOR PARLAMENTAR DO DIAP E REDATOR DO HP

1 Setores da extrema-direita brasileira minimizam os ataques de 8 de janeiro de 2023, tratando-os como protestos desordenados ou vandalismo, e não como tentativa articulada de golpe de Estado. Esse discurso busca anistia para os envolvidos, focando na responsabilização individual por depredação, em contrapartida à visão institucional de ataque à democracia.



NOME	DIA
ADEMAR VIANA DOS SANTOS	21
AIDA BATISTA DA CRUZ LOPES	15
ALESSANDRA EMANUELLE CUNHA RODRIGUES	06
ALINE KAWANA GOMES NASCIMENTO	19
AMARILDO QUEIROZ DE SOUZA	14
ANA ROMANA DA SILVA BERNARDO	15
ANTONIA FRANCISCA DE OLIVEIRA BARROS	12
ANTONIA ROSA DE FRANÇA	13
ANTONIO GUABIRABA DA SILVA MOREIRA	11
ANTONIO JAIR FIDELIX	14
ANTONIO SERGIO IORI	24
ANTONIO VALDIVINO DE SIQUEIRA	01
APARECIDO BRIOSCHI	22
ARELI RAMOS DA PAIXAO	27
ARMANDA FRANCISCA DE ALMEIDA	23
BEATO ISABES DA ROSA	23
BENEDITO ASSIS DA SILVA	21
BENEDITO FIRMO DE ANUNCIACAO	01
BENEDITO SAVIO LOPES PEREIRA	21
CARLOS MARCIO VIEIRA BARROS	02
CESARIO ALVES DA ROCHA	09
CHRISTINE FARRAH MARTINS DE A. MORAES	17
CLAUDIA JOANIL PROVENZANO	22
DILANIR CAMPOS DE ARRUDA	14
DILSON ROCHA MATIAS	01
DINILCE CORREA DA COSTA	11
DOMINGOS SAVIO DE SANTANA	19
EDILENE CONCEIÇÃO DE FIGUEIREDO SIQUEIRA	30
EDIVAN DA SILVA CAMPOS	22
EDJORGE DOS SANTOS	15
EDSON GOMES DE ARRUDA	18
EDSON ROBERTO FERREIRA BUECHEN LEMOS	10

EGLIVANI FELISBERTA MIRANDA	29
ELIANEIDE PEREIRA DE MIRANDA	03
ELZA BARBOSA DOS SANTOS	29
GENETE MARIA TIBALDI DOS SANTOS	05
GERSON ORMONDE LIMA	20
GERVASIO LEONCIO DE ARRUDA	19
GESSY DA MOTA MACEDO	28
GILSON JOSE DE OLIVEIRA	10
GLADYS OLIVEIRA MELO	12
GLAUCIA CRISTINA FERREIRA DE CAMPOS	08
INALVA NUNES	22
ITAMAR MOREIRA DE SOUSA SANTOS	11
JANAINA PEREIRA DO CARMO	18
JANETE ALEXANDRE MARTINS ROSADA	01
JESSILYN ALMEIDA DE OLIVEIRA	12
JOAO AQUINO DE AMORIM	24
JOAO DAVID	04
JOAO SOARES BARBOSA	24
JONAS PAULINO MAGALHAES	22
JORGE SENATORE VARGAS RODRIGUES	20
JOSE FERREIRA DA SILVA	02
JOSE FERREIRA DE FIGUEIREDO	28
JOSE GONZAGA DE FREITAS	21
JOSE LUIZ JALES	02
JOSE OLAVO DOS SANTOS	25
JOSE WILSON FERRAZ	16
JOSUE MOREIRA LOPES	15
JULIANO PAUAKA	27
JUSSARA CONCEICAO DIAS DO CARMO	09
JUSTINA JULIANA APRINIO DA LUZ GUIA	19
KELBIA CORREA DOS SANTOS	18
LAURA DE SOUSA DIAS	04
LEONINO MARIA DE PROENCA	08
LUCIMAR MIRANDA RIBEIRO	09
LUIZ FELIX DA COSTA	21
LUIZA QUINTINA SILVA DE JESUS	23
MARIA ALZIRA RIBEIRO DE OLIVEIRA	05
MARIA AMELIA MOREIRA DA CRUZ	10
MARIA ANTONIETA ZALOIMOERO	04
MARIA AUXILIADORA MOURA DO NASCIMENTO	18

MARIA JERACINA DA SILVA MIRANDA	02
MARIA JOANA HRYSYK ARAUJO	21
MARIA JOSE LOPES DE QUEIROZ	12
MARIA LUCIA FERNANDES DE CASTRO LIRA	30
MARINEZ APARECIDA DE CAMPOS	15
MIRIAN DE SOUZA CANÇADO	06
NAIR PINOTE SENA	15
NILVA ROMAN	13
NOISE MARIA DA COSTA	26
ODILON VIEIRA DOS SANTOS	05
OSWALDO RODRIGUES DE PAULA	08
PATRICIA PAULA DA SILVA LOREDO	01
PEDRINA CARDOSO DA SILVA	29
PEDRO ALVES DOS SANTOS	29
PEDRO ARGEMIRO DE ARRUDA	20
PEDRO HENRIQUE PARÁ	29
PERCIDES COUTINHO	10
PUIU TXUCARRAMAE	24
RAIMUNDO RODRIGUES BALDUINO	20
RAUL COSTA	22
REGINA LOURDES DA SILVA CARVALHO	06
REINALDO RIBEIRO MIRANDA	28
RITA DE OLIVEIRA SIQUEIRA	01
ROBERTO PEREIRA BRAVO	09
ROSALVA BATISTA PEREIRA	24
RUBNEIA FONSECA DE SOUZA E COIMBRA	09
SEBASTIANA AMORIM	19
SEBASTIAO DUROURE DA SILVA	01
SEBASTIAO RODRIGUES	05
SERGIO OTAVIANO TENORIO	12
SEVERINO BRAZ MOREIRA	15
SOENIR OLIVEIRA DE AGUIAR	11
TARCISIO DE MORAES JARDIM FILHO	09
TEODOMIRO LUIZ AMORIM	27
TERESA EIKO OKADA DA COSTA	20
TEREZINHA FLORINDA DE JESUS	08
VALERIO GOBBATO	28
VIRGINIA RESENDE RODRIGUES	10